



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Silva Borgesé, Abel

NOTAS PARA UMA TEORIA DA MUDANÇA SOCIAL EM HERBERT MARCUSE

Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 3, 2014, pp. 533-539

Associação Brasileira de Psicologia Social

Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309332050002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

NOTAS PARA UMA TEORIA DA MUDANÇA SOCIAL EM HERBERT MARCUSE

NOTAS PARA UNA TEORÍA DEL CAMBIO SOCIAL EN HERBERT MARCUSE
NOTES FOR A THEORY OF SOCIAL CHANGE IN HERBERT MARCUSE

Abel Silva Borges

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

RESUMO

As análises e reflexões apresentadas neste ensaio têm por base as questões e propostas lançadas por Marcuse em relação ao mundo desenvolvido e à formação do indivíduo. É possível se delinejar um projeto de investigação que deve dar base às teorias da mudança social, mantendo unidas Filosofia, Teoria social e Política radical. Neste ensaio apresento reflexões para a refundamentação da teoria marxista, tais como as desenvolvidas por Marcuse no texto “Acerca do conceito de negação da dialética”, escrito em 1966. O autor ainda nos remete a uma reflexão sobre o capitalismo maduro, sua fase imperialista. Exibo, também, uma breve exposição das ideias do autor a respeito da importância da esfera estética para uma teoria da mudança social. É grande a valorização dada por ele à dimensão estética, estando a formação do homem contemporâneo calcada na técnica, na estética e na política, o que abre novas possibilidades para se pensar projetos de mudança social.

Palavras-chave: cultura afirmativa; política; estética; formação.

RESUMEN

Los análisis y reflexiones presentados en este ensayo tienen como base las cuestiones y propuestas lanzadas por Marcuse con relación al mundo desarrollado y a la formación del individuo. Puede delinearse un proyecto de investigación que debe dar base a las teorías del cambio social, manteniendo unidas la Filosofía, la Teoría social y la Política radical. En este ensayo presento reflexiones para la refundamentación de la teoría marxista, tales como las desarrolladas por Marcuse en el texto “Sobre el concepto de negación de la dialéctica”, escrito en 1966. El autor nos remite aún a una reflexión sobre el capitalismo maduro, su fase imperialista. Exhibo, también, una breve exposición de las ideas del autor con respecto a la importancia de la esfera estética para una teoría del cambio social. Marcuse valoriza mucho la dimensión estética, estando la formación del hombre contemporáneo fundamentada en la técnica, en la estética y en la política, lo que abre nuevas posibilidades para pensar en proyectos de cambio social.

Palabras clave: cultura afirmativa; política; estética; formación.

ABSTRACT

The analyses and reflections presented in this essay are based on questions and proposals presented by Marcuse in concerning the developed world and the education of the individual. It is possible to identify a research project that should form the base of theories for social change, combining philosophy, social theory and radical policy. In this essay I present reflections about a new foundation for Marxist theory, such as those presented in the text: “About the Concept of Denial of the Dialectic,” written in 1966. Marcuse also reflects here on mature capitalism in its imperialistic phase. I also briefly present the author’s idea about the importance of the aesthetic sphere for a theory of social change. Marcuse gives great weight to the aesthetic dimension, with education of the contemporary individual based on technique, aesthetics and politics which opens new possibilities for considering projects of social change.

Keywords: affirmative culture; politics; aesthetics; education.

Introdução

O que apresento neste ensaio¹ é uma análise e reflexão de alguns temas desenvolvidos por Herbert Marcuse, tendo por base o livro publicado sobre o autor (Borges, 2003). Tais reflexões são importantes em um momento de revivescência, em nosso meio, das ideias e da luta travada pelo referido autor. As questões e propostas lançadas por Marcuse em relação ao mundo desenvolvido e à formação do indivíduo mantêm-se atuais, dado o momento histórico vivido hoje em nível internacional.

Entendo que Marcuse, dentre os principais representantes da chamada Escola de Frankfurt, foi um dos teóricos que mais se dedicou à refundamentação do materialismo histórico, no sentido de uma verdadeira continuação da teoria. A situação histórica vivida por ele e pelos outros integrantes da Escola lhes colocava a necessidade de tal desenvolvimento da teoria. Além do mais, um dos princípios básicos da Teoria Crítica da Sociedade foi e é o de acompanhar o movimento do objeto, qual seja, a sociedade capitalista, que, como ele mesmo dizia, era totalmente diferente do que Marx tinha previsto ou pretensamente previsto, segundo a interpretação dos autodenominados marxistas ortodoxos.

Nos escritos de Marcuse e de Neumann² se delineava um projeto de investigação que deveria dar base às teorias da mudança social, a intenção de tais autores era de manter unidas Filosofia, Teoria social e Política radical. Marcuse também foi um dos teóricos frankfurtianos que mais subsídios trouxe para entender as transformações ocorridas no modo de produção capitalista em sua passagem do capitalismo liberal para o capitalismo de monopólios, com ênfase especial no plano da cultura e da ideologia.

Ao fazer a análise da cultura afirmativa, Marcuse revela que esta se encontra na base da educação cultural e da formação da personalidade do indivíduo burguês; também entende a arte como um meio para a realização dos ideais da sociedade burguesa no plano cultural. O milagre operado pela cultura afirmativa é transformar a infelicidade em felicidade. A grande contribuição de Marcuse está em compreender a cultura afirmativa e sua forma de operar a partir do âmbito da referência material sensível, revelando com isso os mecanismos pelos quais se realiza a manipulação das massas. Já estão anunciamos nas análises tecidas acerca da cultura afirmativa elementos importantes para a compreensão da sociedade de massas, os quais serão retomados e aprofundados por Horkheimer e Adorno a partir da formulação por eles elaborada do conceito de indústria

cultural, conceito fundamental para o desenvolvimento da Teoria Crítica da sociedade.

Algumas reflexões para a refundamentação da teoria marxista

Em seu texto sobre o conceito de negação na dialética, escrito em 1966, Marcuse refere-se às dificuldades para se apreender o conteúdo do período histórico atual, em específico o do capitalismo maduro com os conceitos originais, ou ainda, com os conceitos desenvolvidos da teoria marxista.

Marcuse remete-nos a uma reflexão importante para o desenvolvimento da teoria marxista, sua indiferença diante do movimento histórico concreto. Isto se deve, de acordo com o autor, ao fato de a dialética de Marx ter origem na dialética de Hegel: “a crítica de que ela contém um mecanismo construído de tal modo que a garante contra qualquer contestação por meio da realidade” (Marcuse, 1981, p. 160).

Adverte-nos, pois, para a imobilização da dialética da negatividade; daí a necessidade de se desenvolver o conceito de dialética diante das novas formas do capitalismo maduro. A principal questão apontada por Marcuse parece residir no conceito dialético que compreende o desenvolvimento das forças negativas no interior de um sistema antagônico existente.

O “desenvolvimento da negatividade no interior do todo antagônico é, hoje, difficilmente demonstrável” (Marcuse, 1981, p. 160).

Polemizando com Althusser, o qual busca determinar de forma nova a relação entre a dialética em Marx e Hegel – afirma Althusser que Marx teria rompido com a dialética hegeliana –, Marcuse opõe a essa tese uma antítese:

a de que também a dialética materialista permanece no terreno da razão idealista, na positividade, na medida em que não destrua a concepção de progresso, segundo a qual o futuro já está sempre enraizado no seio do existente; na medida em que a dialética marxista não radicaliza o conceito de transição no sentido de uma nova etapa histórica, isto é: a conversão, a ruptura, na teoria com o passado e o existente, a diferença qualitativa na direção do progresso. (Marcuse, 1981, p. 161)

O que se indica aqui é que tanto em Marx, quanto em Hegel, há uma imposição da positividade da razão, o progresso.

Marcuse apresenta um problema concreto da sociedade industrial ocidental em relação à sua base

técnica e ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja: até que ponto essa base pode servir como modelo para a construção de uma nova sociedade?

Retoma dois conceitos dialéticos essenciais para melhor explicitar a questão – a negação da negação, como desenvolvimento imanente de um todo social antagônico, e o próprio conceito de todo, no qual cada elemento singular encontra seu valor e também sua verdade.

Tanto em Marx como em Hegel tais forças negadoras já estão presentes no interior do sistema e são as responsáveis pelo desenvolvimento das contradições que lhe são imanentes, levando à sua superação, a uma etapa superior, pela liberação das forças produtivas do sistema estabelecido. “Assim, já existe na base técnica altamente desenvolvida da produção capitalista o fundamento material para o desenvolvimento da produtividade socialista” (Marcuse, 1981, p. 162).

Entende Marcuse que tal maneira de pensar o processo de produção na sociedade capitalista é mais uma vez uma forma do progresso da razão objetiva. Tais leis da dialética estiveram muito presentes nos ditos manuais de Filosofia, difundidos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e que tiveram sua importância na formação de uma geração de intelectuais de esquerda, os quais, no mínimo, deveriam ser submetidos à crítica, dado o superficialismo com que tratam alguns temas.

Marcuse lança uma questão no que tange a essa concepção da dialética:

será que as forças negadoras no interior de um sistema antagônico se apresentam necessariamente, do ponto de vista histórico, dessa forma progressiva e libertadora de desdobramento, será que as classes e a luta de classes têm que ser incluídas em tal dinâmica positiva? ... não será que o materialismo dialético reduz sua própria base material na medida em que não penetra em grau suficientemente profundo na ação das instituições sociais sobre o ser e a consciência dos homens; na medida em que reduz o papel da violência, tanto da violência brutal como da violência dos fatos. (Marcuse, 1981, p. 163)

Como alerta o autor, o materialismo marxista, ao subestimar as forças de integração e coesão, forças sociais poderosas e materiais capazes de neutralizar as contradições por um período, de transformar as forças negativas em positivas, passando a reproduzir o existente em vez de destruí-lo, torna questionável o conceito de negação que se desdobra no interior de um todo existente como libertação. Ao lançar tal hipótese, a questionabilidade desse conceito materialista da razão na história, Marcuse nos remete à análise do

conceito de práxis, o qual precisa ser libertado desse esquema.

Quanto ao conceito de todo, as questões levantadas dizem respeito à possibilidade real de haver, a partir da dinâmica histórica, condições para um todo antagônico existente ser negado e superado de *fora*, podendo atingir a fase histórica seguinte. Indica que a origem do conceito de externo deve ser buscada na filosofia hegeliana, principalmente na filosofia do direito, na qual são estabelecidas as relações entre a sociedade civil e o Estado.

Em Hegel o universal apresenta-se *fora* da sociedade civil. Ele impõe o Estado à sociedade civil de *fora*; como um poder que se encontra *fora* de todo o sistema de interesses, do *sistema das necessidades*, daí poder representar o universal nessa sociedade necessariamente antagônica.

Para Marcuse, o capitalismo maduro - a fase imperialista, como nova etapa do avanço das forças produtivas - dispõe para a dialética uma tarefa: a de elaborar teoricamente essa situação essencialmente nova, sem reduzi-la simplesmente aos conceitos herdados.

Para Marx, o capitalismo nacional é um todo-parte do capitalismo global. Mas, também aqui, creio eu, existe a diferença entre o interno e o externo, especialmente no conceito de imperialismo: os conflitos interimperialistas se apresentam como um poder externo de destruição em relação à ação revolucionária interna do proletariado, que é a força decisiva. (Marcuse, 1981, p. 164)

Pergunta Marcuse: “Como se faz a relação todo-parte com a totalidade?” (Marcuse, 1981, p.164). Ele observa haver dentro da totalidade histórica do capitalismo a absorção do potencial revolucionário do proletariado; ao mesmo tempo, a negação se defronta agora com a negatividade de um todo geográfica e socialmente separado e independente. A contradição, diz ele, “se desdobra e se transforma em uma contradição global” (Marcuse, 1981, p. 164).

Vemos, pelo exposto acima, que o *externo* vai além das contradições existentes no interior do todo-parte antagônico; um exemplo bem atual a ser melhor analisado seria a contradição entre capital e trabalho.

O *externo*, a que se refere Marcuse, deve ser compreendido:

no sentido de forças sociais que representam necessidades e objetivos que estão reprimidos no todo antagônico existente, não podendo desdobrar-se. A diferença qualitativa da nova etapa da nova sociedade deveria ser vista não na satisfação das

necessidades vitais e espirituais (que, evidentemente, continuam sendo a base de todo o desenvolvimento), e sim no aparecimento de satisfação de novas necessidades, reprimidas na sociedade antagônica. Tais necessidades novas encontrariam sua expressão em uma relação radicalmente modificada entre os homens e em um meio ambiente social e natural radicalmente distinto: solidariedade ao invés da luta de concorrência; sensorialidade ao invés de repressão; desaparecimento da brutalidade, da vulgaridade e de sua linguagem; a paz como situação duradoura. (Marcuse, 1981, pp.164-165)

Não se trata, para Marcuse, de valores e objetivos, mas sim de necessidades que deveriam fundar uma nova forma de sociabilidade entre os homens, em uma sociedade qualitativamente nova, conforme adverte: “Este humanismo, contudo, só pode tornar-se força social concreta se ele for empunhado pelas novas forças sociais e políticas já existentes, que se levantaram e se levantam contra o todo repressivo, velho” (Marcuse, 1981, p.165).

A sociedade antagônica, ao se transformar em um todo repressivo, desloca o lugar da negação, a qual deve surgir de fora da totalidade repressiva

a partir de forças e movimentos que ainda não estão manietados pela produtividade agressiva e repressiva da chamada sociedade da abundância, ou que já se libertaram desse desenvolvimento e, portanto, têm a possibilidade histórica de percorrer um caminho de industrialização, modernização realmente distinto, um caminho humano de progresso. (Marcuse, 1981, p. 165)

A força da negação na sociedade da abundância deve se voltar contra o sistema como um todo: “Ela hoje ainda é uma oposição caótica e anárquica, política e moral, racional e instintiva: a recusa a participar e colaborar, o nojo diante de toda a prosperidade, o impulso de protesto é uma oposição débil e não organizada” (Marcuse, 1981, p.165).

No entanto, afirma Marcuse ser a força da negação irreconciliável com o todo existente, visto que se baseia em impulsos e instintos que estão em contradição com ele.

Como o autor também trabalha com utopias, faz-se necessário apresentar, ainda que sucintamente, qual o significado que atribui a este termo. Marcuse inicia sua exposição sobre o tema retomando algumas críticas já feitas à concepção de dialética em texto por nós já comentado: *Sobre o conceito de negação na dialética*, escrito em 1966. A tese por ele defendida é provocativa, refere-se ao fim da utopia em termos bem precisos, ou seja, a recusa de ideias e teorias

que se servem de utopias para indicar determinadas possibilidades históricas, o que pode ser concebido hoje também como fim da história no sentido de que:

as novas possibilidades de uma sociedade humana e de seu ambiente não podem mais ser imaginadas como prolongamento das velhas, nem tampouco serem pensadas no mesmo continuum histórico (com o qual, ao contrário, pressupõem uma ruptura). Surge agora no primeiro plano aquela diferença qualitativa entre as sociedades livres de amanhã e as sociedades não ainda livres de hoje, a qual (depois de Marx) leva-nos a conceber todo o desenvolvimento histórico ocorrido até o presente momento como uma simples pré-história da humanidade. (Marcuse, 1969, pp. 13-14)

Sua argumentação se desenvolve fazendo a crítica ao conceito de continuidade do progresso, o que põe em questão a própria concepção de socialismo. Marcuse relaciona o fim da utopia a uma discussão sobre uma nova definição de socialismo. Para ser mais enfático, ele propõe uma investigação acerca da teoria marxiana de socialismo, questionando se ela não pertence a um estágio de desenvolvimento já superado das forças produtivas. Lança mão de um conceito mais provocativo, o de que o caminho para o socialismo deve se inverter, que leve da ciência à utopia.

Interroga-se da validade dos critérios utilizados para se aquinhar a possibilidade de realização de um projeto de transformação social, os quais têm por base o desenvolvimento das forças materiais e intelectuais em um dado contexto histórico e social. Defende uma tese cara aos frankfurtianos, a de que, hoje, as forças materiais e intelectuais necessárias à realização da sociedade livre já existem, sendo possível a eliminação da pobreza e da miséria, do trabalho alienado e da mais-repressão; o que parece existir é uma mobilização geral da sociedade contra a sua eventual libertação.

O que conta é a ideia de uma nova antropologia concebida não apenas como teoria, mas também como modo de vida, é o surgimento e o desenvolvimento de necessidades vitais de liberdade, das necessidades vitais de uma liberdade não mais fundada sob a (nem limitada pela) escassez dos meios e sobre a necessidade do trabalho alienado, mas capaz de expressar o desenvolvimento de necessidades humanas qualitativamente novas e, consequentemente, as exigências do fator biológico (pois se trata de necessidades consideradas em termos estritamente biológicos). (Marcuse, 1969, p. 17)

Marcuse entende que a sociedade repressiva estimula a reprodução e satisfação de suas próprias necessidades, sendo esse um obstáculo para o salto de qualidade em direção a uma sociedade livre. Indica, ainda, que a ruptura na produção e reprodução

dessas necessidades é um acontecimento implícito no próprio desenvolvimento das forças produtivas; o que caracteriza o atual estágio da sociedade industrial é seu grande desenvolvimento tecnológico.

Quando Marcuse convida a rever o conceito de socialismo, o qual ainda se encontra aprisionado ao desenvolvimento das forças produtivas e ao incremento da produtividade do trabalho, é por considerar que a necessidade do trabalho alienado nessa sociedade se tornou contestável.

Neste ponto de suas argumentações, Marcuse traz à tona suas reflexões sobre as qualidades erótico-estéticas como sendo aquelas que mais correspondem ao projeto de uma sociedade livre, já que o desenvolvimento da sensibilidade sugere a convergência entre técnica e arte e entre trabalho e jogo. Finaliza sua exposição afirmando que o marxismo (o autor ainda insiste em chamar de marxismo), a Teoria Crítica, deve acolher em si as possibilidades extremas da liberdade, aquelas possibilidades utópicas que representam uma determinada negação histórico-social do existente, o escândalo do salto qualitativo.

Apresenta como possibilidades de ruptura presentes na sociedade contemporânea algumas contradições próprias da etapa do capitalismo monopolista, automação crescente e necessária à reprodução ampliada do capital com consequente exclusão da força de trabalho física do processo produtivo, produtividade e destrutividade também presentes no processo produtivo.

Em entrevista à televisão alemã, transmitida em 1980, ao ser questionado sobre qual alternativa antevia dada a falência das experiências socialistas, Marcuse assim se pronuncia:

Para mim, a alternativa continuaria sendo o socialismo, quer dizer, uma sociedade em que a submissão do homem ao trabalho tenha sido suprimida e em que as forças produtivas e os meios de produção sejam administrados em bases verdadeiramente democráticas pelas pessoas que devem beneficiar-se deles. (Marcuse, 1999, p. 16)

Na mesma resposta, introduz o que comprehende ser o desenvolvimento das contradições na sociedade industrial unidimensional, se nesta a transformação não seria algo mais difícil:

Acredito que, com o passar do tempo, a enorme contradição entre, por um lado, a riqueza social, o que a sociedade realmente pode se permitir em termos de legítima satisfação das necessidades, e, por outro lado, a utilização miserável e destruidora dessa riqueza, que esta contradição, com o passar do tempo, precisa entrar na consciência e que evidentemente se tornará

mais aguda, possivelmente fazendo também explodir a consciência. Já existem sinais disso. (Marcuse, 1999, p. 17)

Marcuse indica utilizar o termo trabalho como trabalho alienado, no qual o homem não pode realizar suas forças e capacidades, mas torna-se escravo do trabalho – trabalho como fim e não como meio para manifestação de sua existência, da sua pessoa.

Com relação às rebeliões estudantis de 1968, Marcuse via nelas um sintoma de que o período de estabilização conseguido no pós-guerra havia chegado ao seu final; portanto, duas possibilidades históricas se apresentavam: emancipação ou barbárie. Para evitar a barbárie, considerava ser necessária a mobilização de amplas massas politizadas.

Esfera estética e mudança social

O potencial político da arte, a relação entre esfera estética e a política, como bem compreendeu Marcuse, já se expressava claramente nas *Cartas sobre a educação estética do homem*, de Schiller³. O ensaio *A dimensão estética*, que teve sua primeira edição em Munique, 1977, é uma brilhante incursão de Marcuse no campo da estética, mas uma vez polemizando com a ortodoxia marxista, tomando como referência a própria teoria marxista sobre a arte e fazendo sua crítica sem perder de vista o potencial político nela presente.

Há em suas reflexões uma grande contribuição para a estética marxista, na qual também vislumbramos em seus desdobramentos o estabelecimento de possíveis relações entre a concepção estética aqui defendida e a formação política do homem contemporâneo.

Já no prefácio do ensaio, Marcuse nos diz que seu objetivo é contribuir para a estética marxista, a partir da impugnação de sua ortodoxia predominante. Entende por *ortodoxia* “a interpretação da qualidade e verdade de uma obra de arte em termos da totalidade das relações de produção existentes” (Marcuse, 1986, p. 11). Tal interpretação vê a obra de arte impregnada pelas relações sociais existentes, representando os interesses e a visão de mundo da classe social dominante. Sua crítica se faz tendo como suporte a própria teoria marxista, pois esta, ao apreender a arte no contexto das relações sociais, também lhe atribui uma função e um potencial políticos.

Ao contrário dos estetas marxistas ortodoxos, vê o potencial político da arte nela mesma, a partir da forma estética em si, o que permite a arte manter-se autônoma diante das relações sociais existentes. “Na sua autonomia, a arte não só contesta estas relações

como, ao mesmo tempo, as transcende. Deste modo, a arte subverte a consciência dominante, a experiência ordinária” (Marcuse, 1986, pp. 11-12).

Seu enfoque será centrado na literatura, especialmente a literatura dos séculos XVIII e XIX, embora o ensaio tome em consideração a arte em geral. Compreende que a arte pode ser revolucionária em diversos sentidos. Num mais restrito quando representa uma mudança radical no estilo e na técnica, o que pode ser feito por uma vanguarda; tais movimentos podem antecipar mudanças substanciais na sociedade em geral. Pode também ser revolucionária se, em virtude da transformação estética, “representar, no destino exemplar dos indivíduos a predominante ausência de liberdade e as forças de rebelião, rompendo assim com a realidade social mistificada (e petrificada) e abrindo os horizontes da mudança (libertação)” (Marcuse, 1986, p. 13).

Seu potencial subversivo tem uma representação diferente dependendo dos contextos históricos e sociais aos quais se refere. Marcuse, ao apontar tais diferenças de representação, refere-se a condições históricas que se apresentam na obra, seja explicitamente, seja como pano de fundo e horizonte, na linguagem e nas figuras de retórica. No entanto, tais expressões e manifestações históricas são específicas “da mesma substância trans-histórica da arte: a sua própria dimensão de verdade, protesto e promessa, constituída pela própria forma estética” (Marcuse, 1986, p. 14).

Conteúdo e forma não estão dissociados na obra de arte. Sua verdade reside na forma de expressão daquela realidade, a mediação que é por ela operada. A obra de arte pode ser revolucionária mesmo que não seja criada com o propósito de engajamento político. “O potencial político da arte baseia-se apenas na sua própria dimensão estética” (Marcuse, 1986, p. 14). Assim sendo, comprehende-se que no afastamento e na transcendência é que reside seu potencial subversivo.

A experiência proporcionada pela obra de arte expressa uma necessidade que, apesar de não se situar no campo da práxis radical, é componente essencial da revolução. A estética marxista que toma a arte como ideologia põe a ênfase no caráter de classe da arte e considera o *realismo* como a forma de arte *correta*. Parte de uma concepção de base e superestrutura estritamente rígida, a qual teve consequências nefastas para a estética. “O esquema implica uma noção normativa da base material como a verdadeira realidade e uma desvalorização política de forças não materiais, particularmente da consciência individual, do subconsciente e da sua função política” (Marcuse, 1986, p. 17).

A relação natureza-sociedade é aprofundada nessa obra. Marcuse trabalha com a ideia de Beleza, tal como esta aparece nos movimentos progressistas, como um dos aspectos de reconstrução da natureza e da sociedade. As fontes de seu potencial radical encontram-se na qualidade erótica do Belo, a qual “persiste ao longo de todas as mudanças no juízo de gosto” (Marcuse, 1986, p. 69).

Marcuse, ao situar esse potencial radical na qualidade erótica do Belo, remete a Arte ao domínio de Eros, representado pelo princípio do prazer, ao qual se volta contra o princípio da realidade de domínio; tal é o elemento emancipatório presente na afirmação estética. Outro elemento importante para a autonomia da arte e seu potencial político encontra-se no poder cognitivo e emancipatório da sensualidade, a qual é preservada na sublimação estética. A promessa de felicidade que a arte carrega permite-nos também preservar a memória dos objetivos inatingidos, o que poder ser uma *ideia reguladora* na luta pela transformação do mundo.

Contra todo o feiticismo das forças produtivas, contra a escravização contínua dos indivíduos pelas condições objetivas (que continuam a ser as do domínio), a arte representa o objetivo derradeiro de todas as revoluções: a liberdade e a felicidade do indivíduo. (Marcuse, 1986, p. 75)

Ao preservar a utopia⁴, sendo que esta se baseia na memória, a arte combate a reificação e nos lança no desafio da mudança do mundo, uma vez que a memória das coisas passadas pode ser um poderoso motivo para tal.

O que apreendemos do que foi apresentado até o presente momento é que Marcuse tem como objetivo fazer uma crítica radical à ortodoxia marxista, o que também o leva a rever a ideia que se tem da dialética. Sua meta era elaborar, teoricamente, a nova situação, a fase imperialista do capitalismo. Efetua ainda a crítica da cultura de massas e das novas formas de controle social por ela engendradas.

Pudemos perceber a grande valorização dada por ele à dimensão estética, estando a formação do homem contemporâneo calcada na técnica, na estética e na política, o que abre novas possibilidades para se pensar projetos de mudança social. Salta aos olhos a ênfase dada por Marcuse à necessidade de uma teoria que dê conta das mudanças ocorridas na sociedade capitalista, enfatizando sua fase imperialista. A grande recusa, a defesa da ideia de liberdade, a luta contra toda e qualquer forma de opressão são tarefas que se impõem hoje às novas gerações.

Notas

- 1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Seminário Internacional de Teoria Crítica e Educação, Araraquara, 2004.
- 2 Neumann foi um destacado jurista e ativista político, tendo participado na Alemanha de Weimar do movimento sindical e operário e também do Partido Social Democrata alemão.
- 3 Conferir: *A educação estética do Homem* – Numa série de cartas, Friedrich Schiller. Tradução: Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1989.
- 4 O tema da utopia foi abordado por Marcuse em palestra proferida na Universidade Livre de Berlim Ocidental, a qual consta de uma coletânea de textos editada, sob os cuidados de Horst Kurnitzky e Hans Martin Huhn, baseada em gravação sonora do encontro organizado pelo Comitê Estudantil daquela Universidade, realizado no período de 10 a 13 de julho de 1967. A primeira palestra, que empresta o título do volume, *O fim da utopia, não foi revista pelo autor, baseia-se em apontamentos e intervenções no debate*.

Referências

- Borges, A. (2003). *Cultura, formação e subjetividade no pensamento de Herbert Marcuse*. Bragança Paulista, SP: EDUSF.
- Marcuse, H. (1969). *O fim da utopia* (C. N. Coutinho, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1981). *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade* (F. Guimarães, Trad., 2^a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (1986). *A dimensão estética* (M. E. Costa, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Marcuse, H. (1999). Marcuse – vida e obra (entrevista). In I. Loureiro (Org.), *A grande recusa hoje* (pp. 11-25). Petrópolis: Vozes.
- Schiller, F. (1989). *A educação estética do homem* (R. Schwarz & M. S., Trads.). São Paulo: Iluminuras.

Submissão em: 04/09/2013
Revisão em: 07/03/2014
Aceite em: 15/03/2014

Abel Silva Borges é graduado em Psicologia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1977), Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (2014). É professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Psicologia, e tem concentrado suas atividades de docência na formação de educadores, em cursos de Pedagogia e Licenciaturas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Cultura e História (GEPICH). Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Psicologia. Campus Universitário - Trindade. Florianópolis/SC, Brasil. CEP 88.040-970.

E-mail: abelborges@terra.com.br

Como citar:

Borges, A. S. (2014). Notas para uma teoria da mudança social em Herbert Marcuse. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 533-539.